



# Anais da Assembléia

Nº 101

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 29 DE JULHO DE 1993.

ANO XIX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - BPI

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASILIO ZANUSSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo .....	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL .....	Deputado DUÍLIO GENARI
PDT .....	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB .....	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB .....	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT .....	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL .....	Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO
PP .....	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI .....	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 13:** Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kiese Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 09:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Dúlio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 07:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ornário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namiir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Piz-zato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 08:** Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boi-ko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 02:** Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania  
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA  
ATA DA 7.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO  
REALIZADA EM 29 DE JULHO DE 1993

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregoneze, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix e Toti Colaço (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Geraldo Cartário, Ovídio Constantino e Rossoni (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Ofício:

OFÍCIO N° 2295/93

Senhor Presidente.

Venho através do presente, justificar a minha ausência na Sessão Ordinária do dia 29 de julho, por compromissos inadiáveis em minha região.

Sem mais, renovo meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 29.07.93

(a) ROSSONI

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2626

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.ª discussão, constante da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 29.07.93

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2644

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja estendida a auditoria a ser feita no Banco do Estado do Paraná SA, pelo Tribunal de Contas, para apurar irregularidades havidas em rescisão de contratos de trabalho, já aprovado nesta Casa de Leis, também à área de salários e gratificações pagas a diretores e funcionários; licitação dos contratos com empresas de fora do Estado para auditorias e assessorias, bem como da transparência nos jogos contábeis de seus balanços e se eles refletem a realidade da situação econômica do estabelecimento de crédito.

Sala das Sessões, em 29.07.93

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO N° 2628

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Esthefano Matera, ocorrido em Florai.

Sala das Sessões, em 29.07.93

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 72 anos, faleceu em 22.07.93 no Município de Florai, o Sr. Esthefano Matera que deixou 4 filhos e netos.

Esthefano Matera foi um dos pioneiros da Cidade de Florai.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, assim como de seu vasto círculo de amigos entre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de

bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Esthefano.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Matera endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO N° 2628-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, Voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido em 28 de julho último, do Sr. Giovani Galletto.

Tendo nascido na Itália, Giovani Galletto ainda jovem veio para a nossa Pátria e elegeu o Paraná como seu domicílio.

Fixou residência em Arapongas onde exercitou-se na área de jornalismo comercial tendo junto a Folha de Londrina instalado várias sucursais da empresa tanto na região norte como no oeste e sudoeste do Paraná.

Foi diretor-comercial do referido órgão de imprensa em Cascavel onde fixou nova residência e face a experiência adquirida foi o responsável na área televisiva das TVs Tibagi, Coroados, e Tarobá.

Deixa uma enorme lacuna.

Marido de D.Maria de Lourdes e pai dos médicos Eduardo e Danilo, deixa ainda a filha Denise e os irmãos Sérgio e Franco.

A Assembléia Legislativa do Paraná associa-se à dor de seus familiares e deste voto requeremos seja dado conhecimento a sua viúva, D.Maria de Lourdes Galletto, que reside na Cidade de Cascavel.

Sala das Sessões, em 29.07.93

(a) COLOMBINO GRASSANO

#### REQUERIMENTO N° 2629

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do funcionário do Poder Legislativo, Carlos Caio Maximino Perondi.

Sala das Sessões, em 29.07.93.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Vítima de pertinaz enfermidade faleceu, o funcionário deste Poder, Carlos Caio Maximino Perondi.

Deixando viúva a Sra. Tania Maria e 2 filhos.

O passamento de Caio Perondi, com ape-

nas 37 anos, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos e colegas de trabalho.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Carlos Caio.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Perondi, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO N° 2630

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulações ao jornal "Estado do Paraná", pelos seus 42 anos de existência.

O "Estado do Paraná", é um jornal que tem um grande número de leitores, em todo o Estado paranaense, pois suas matérias são verídicas e precisas.

Sala das Sessões, em 29.07.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 2634

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação, ao Banco do Brasil da Cidade de Ponta Grossa, que comemora seu "Jubileu de Diamante".

Ao completar 75 anos de existência na Cidade de Ponta Grossa, o Banco do Brasil, promove uma grande festividade, aberta para toda a população princesina.

As festividades são variadas, vão desde corrida rústica até um baile, bem como demais eventos.

O Banco do Brasil vem, através de sua exemplar equipe de funcionários atendendo da melhor forma possível a população de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29.07.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 2635

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação, à Prefeitura Municipal de Irati, em nome do Prefeito Municipal Senhor Felipe Lucas,

pela brilhante iniciativa do Projeto Recolher.

Tal projeto, visa recolher o lixo reciclável doméstico, usando como fonte de desenvolvimento as escolas municipais e estaduais.

Os alunos levam o lixo para as escolas, onde é pesado e separado, o caminhão da Prefeitura passa duas vezes por semana recolhendo o mesmo, e distribuindo vales para as escolas.

Neste vale é discriminado tudo o que foi recolhido, o peso e a quantidade de material, pois após a venda do lixo, a escola receberá o equivalente em dinheiro, alimento ou benefícios que a mesma necessite.

A venda deste lixo será feita de forma de um leilão para as firmas iratienses interessadas.

Sala das Sessões, em 29.07.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 2642

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão, votos de congratulações pela passagem do 139° aniversário da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 29.07.93.

(a) ALCEU SWAROWSKI

#### JUSTIFICATIVA:

A Polícia Militar do Estado do Paraná, na data em que comemora a passagem do seu 139° aniversário, merece de nossa parte as mais significativas homenagens pelos seus relevantes serviços prestados à coletividade paranaense, oferecendo segurança, tranquilidade e orientação àqueles que dela necessitam.

A nossa Polícia Militar, graças à firmeza e seriedade com que é dirigida pelo seu comandante Cel. QOBM Miguel Arcanjo Capriotti, encontra-se hoje entre as melhores preparadas e equipadas do País, contribuindo assim, de maneira decisiva e eficaz para a diminuição dos índices de criminalidade em nosso estado, merecendo, portanto, cada vez mais a confiança e o respeito de todo o povo paranaense.

#### REQUERIMENTO N° 2640

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando das atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que conste nos anais da Casa, voto de louvor e congratulações ao Senhor Mário Borba, pelo exemplar serviço que vem desempenhando no decorrer de longa data na Penitenciária Central do Estado do Paraná. Atuando como Agente de Reclusão, este servidor público

cumprir com honradez o seu dever nas dependências daquela Casa Carcerária.

Pessoas como o Senhor Mário Borba devem ser enaltecidas e agradecidas e por isto, propomos o reconhecimento público a ele, desejando sucesso e todo êxito no trabalho que presta ao Estado.

Sala das Sessões, em 29.07.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 2631

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente, ao Excelentíssimo Senhor José Afonso Júnior, Secretário de Esporte e Turismo, solicitando quadras poliesportivas para o Município de Teixeira Soares.

Esta reivindicação vem sendo feita por parte dos moradores e vereadores de Teixeira Soares, que vêem a necessidade de incentivar a prática de esportes pela juventude daquela cidade.

As quadras não seriam necessárias somente no quadro urbano, mas também em alguns distritos do Município, como é o caso de Fernandes Pinheiro e Florestal.

Certo da atenção por parte da pessoa do Secretário agradecemos o interesse de desenvolver o espírito esportivo no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 29.07.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 2632

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. José Eduardo de Andrade Vieira, Ministro da Indústria, Comércio e Turismo, solicitando que Ponta Grossa seja incluída no Projeto de Instalação do Instituto Brasil-Japão. Requer também que seja concedido um voto de congratulação ao Ministro, por mais esta iniciativa que irá beneficiar o Paraná além de outros Estados brasileiros.

Este projeto poderá atingir o montante de 50 milhões de dólares de forma direta, além de permitir que o Paraná se projete no cenário nacional visando a recepção de programas internacionais de outros países.

Cinco estados apresentaram projetos técnicos para sediar o programa, todos foram analisados, apenas dois foram aprovados, um deles é o Paraná.

Desta forma dirigimo-nos ao Exmo. Ministro, solicitando que ele dê seu parecer final favorável a implantação deste programa aqui no Paraná.

Sala das Sessões, em 29.07.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## REQUERIMENTO N° 2633

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, solicitando, que seja destinada uma verba para a Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa, da mesma maneira que foi destinada para a Santa Casa de Curitiba.

A Santa Casa de Ponta Grossa, é um entroncamento hospitalar regional, pois atende pacientes de Ponta Grossa e de toda a região dos Campos Gerais.

Tal entidade vem sendo sufocada pela atual crise brasileira, pelo fato de possuir poucos recursos para atender muitos doentes.

Esperamos que haja conscientização por parte das autoridades competentes, para que a "SAÚDE" dos Campos Gerais não venha a ficar doente.

Sala das Sessões, em 29.07.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## REQUERIMENTO N° 2636

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Elias Abrahão, Secretário de Estado da Educação, solicitando que seja agilizado o processo de implantação dos cursos de Ciências Contábeis e Licenciatura em Matemática, no Campus da Universidade Estadual de Ponta Grossa, que está localizado no Município de Palmeira.

Os projetos de instalação encontram-se no Conselho Estadual de Educação até serem atendidos certos requisitos, como biblioteca específica, computadores e mais salas de aula, os quais solicitamos ao Ministro de Educação.

A comunidade palmeirense terá grande orgulho em possuir mais dois cursos superiores e com certeza os prestigiará.

Sala das Sessões, em 29.07.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## REQUERIMENTO N° 2637

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente, ao Diretor-Geral do DER, e ao Secretário de Transportes, Sr. Mário Pereira, solicitando recursos urgentes para as estradas do Distrito de Itaiacoca, no Município de Ponta Grossa.

A situação das estradas de Itaiacoca é preocupante, não há como transitar nas estradas, que se encontram completamente abandonadas, destruídas, em que o único

meio de transporte que sai da região é o cavalo e nem mesmo as carroças conseguem deixar o local, devido a precariedade das estradas.

Segundo alguns moradores, se alguém ficar doente, com certeza morrerá, e terá que ser sepultado por lá mesmo, visto que não há condições de tráfego nas estradas daquele Distrito.

O problema maior está na localidade de Caçador de Baixo, que até mesmo por uma questão histórica devia de ser preservada, pois servia para ligar Campo Largo a Ponta Grossa.

São quase 300 pessoas que necessitam de vias seguras para chegarem a Ponta Grossa ou outras cidades, comercializando seus produtos e fazendo suas compras.

Outro fato relevante é o de que Itaiacoca, possuir uma das maiores reservas de pedra talco, a qual é explorada por algumas empresas que lá se encontram.

Sala das Sessões, em 29.07.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## REQUERIMENTO N° 2641

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Senhor Leonel Brizola, Governador de Estado do Rio de Janeiro e ao Senhor Maurício Corrêa, Ministro da Justiça, solicitando a rigorosa apuração das responsabilidades e a punição dos culpados na chachina de menores no último dia 24 de julho, na Candelária, Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 29.07.93

(a) DOUTOR ROSINHA

## JUSTIFICATIVA:

Várias entidades internacionais, entre elas a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e a Anistia Internacional, estão cobrando do governo brasileiro o fim da impunidade. O episódio da Candelária, no Rio de Janeiro, está servindo de alerta para a sociedade, não apenas porque a violência contra as crianças alcançou seu nível mais cruel e desumano, mas também porque denuncia as condições sociais degradadas em que o País chegou depois de séculos de exploração.

O ciclo da impunidade sustenta-se na falta de controle sobre o poder policial, na existência de grupos de extermínio que encontram cobertura por parte das autoridades e pelo silêncio daqueles que temem represálias. A disputa entre a Polícia Civil e Militar é outro foco de tensão, alimentador da violência contra crianças.

Muitas das crianças de rua, entre elas as sete assassinadas com tiros na cabeça no último dia 24, não são infratoras - como alega, tentando justificar o injustificável - a polícia. A grande maioria das

crianças ou trabalha em serviços de engraxate e cuidando de carros, ou pede esmolas pelas ruas. Os pequenos furtos e roubos cometidos não podem ser ampliados e usados para acobertar a violência institucional e a impunidade que permite a proliferação dos grupos de extermínio.

Em todo o País aumentam assustadoramente as denúncias da participação de policiais, civis e militares, em crimes de toda ordem. Muitas delas são comprovadas. Somente estes fatos seriam suficientes para uma revisão geral do papel que a polícia vem exercendo, com a participação das entidades da sociedade civil intervindo no controle e na definição das atividades policiais. Tentativas nesta direção são constantemente obstruídas por motivos corporativos dos próprios organismos policiais e pela argumentação fascista que encontra eco em setores influentes do governo e no pensamento das elites nacionais, que se beneficiam com a "operação limpeza" que está em curso em nosso País.

O Brasil infelizmente alcança mais um recorde mundial, o de campeão de assassinatos de crianças. Segundo o Núcleo de Estudos sobre a Violência, da Universidade de São Paulo, são mortas cinco crianças por dia no País.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 350/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica, a Cidade de Apucarana, daqui em diante, intitulada de "Capital do Boné do Paraná".

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.07.93.

(a) JOÃO PREIS

#### JUSTIFICATIVA:

Investir no Paraná é isso: autoconfiança, consciência do próprio valor, certeza de que ninguém pode vencer um desafio através do recuo, da descrença, da inércia.

Por confiar na competência dos empresários da Cidade de Apucarana e por pretender criar condições para um futuro mais otimista, espero que esta iniciativa seja um instrumento para a valorização do seu importante trabalho.

Dos documentos (matérias jornalísticas) que anexamos à presente proposição, depreende-se que atende plenamente aos requisitos da legislação que regulamenta a concessão de Títulos, motivo pelo qual esperamos o apoio e consequente aprovação dos Nobres Pares com assento nesta

Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 351/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica permitido o consórcio ou associação de micro e pequenas empresas, para fins de participação nas licitações realizadas por órgãos ou entidades estaduais, da administração direta, indireta e fundações.

Art. 2° - As micro e pequenas empresas terão simplificadas as exigências de habilitação nas licitações, a níveis compatíveis com seus respectivos portes.

Art. 3° - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de sua publicação.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.07.93.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Temos que o Estado é a expressão máxima do poder político, assim como a empresa a essencial do poder econômico.

Fundamentalmente, toda questão política está ligada à economia por um fator comum - o desenvolvimento do Estado.

Paralelo a este condicionamento, estampam-se toda uma gama de dificuldades enfrentadas por estas empresas em nosso Estado. Essas dificuldades são tão alarmantes que chegam a inviabilizá-las, causando sérios prejuízos como a falência e consequentemente o endividamento de seu proprietário; a queda da oferta de emprego; a diminuição das vendas pelo comércio; e, por fim a queda na arrecadação de tributos pela União, Estado e Municípios, além do aumento substancial do bolsão de miséria e a consequente elevação dos índices de analfabetismo e violência.

As micro e pequenas empresas, representam 90% das empresas constituídas e 60% da mão-de-obra em atividade. Nem por isto, possuem programas especiais de incentivo ao seu fortalecimento, objetivando proporcionar condições favoráveis para a formação e melhoria da capacidade empresarial e profissional de seus trabalhadores e para o surgimento de novas empresas.

Neste contexto, são necessidades básicas à sobrevivência dessas empresas, dentre outros incentivos a inclusão de sua participação através de consórcio nas licitações realizadas pelos órgãos e entidades da administração do Estado.

A cada ano, 20% destas empresas solicitam baixa da Junta Comercial do Estado,

ou simplesmente paralisam suas atividades, motivadas principalmente pela falta de apoio governamental.

Por considerarmos o assunto de relevante interesse econômico e social, esperamos contar com a atenção e posterior aprovação dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N° 352/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Os restaurantes, lanchonetes, pizzarias e assemelhados localizados no Estado do Paraná, destinarão, no mínimo, 50% do total de seus lugares aos não fumantes.

Parágrafo Único - a indicação dos lugares destinados aos não fumantes será feita com a colocação, sobre as mesas, do sinal internacional de proibição de fumar.

Art. 2° - A fiscalização do cumprimento desta lei será exercida pela Secretaria de Estado da Saúde, que estabelecerá as sanções cabíveis aos infratores.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.07.93.

(a) ANTÔNIO ANNIRELLI

JUSTIFICATIVA:

Os profissionais de saúde advertem sobre os riscos decorrentes do tabagismo para os ditos fumantes passivos, ou sejam, as pessoas que não fumam mas estão em contato diário com a fumaça do cigarro, do charuto ou do cachimbo.

Pesquisas demonstram que, nos recintos onde se fuma, conforme a quantidade de cigarros consumidos e as condições de ventilação, as concentrações de elementos químicos outros de natureza maléfica, superam de milhares de vezes o padrão de qualidade do ar.

Este é o caso da área interna de restaurantes, lanchonetes, pizzarias e assemelhados, onde fumantes e não fumantes estão expostos aos mesmos riscos.

Longe de querer restringir a liberdade dos fumantes, o presente projeto pretende apenas preservar o direito daqueles que optaram por respirar um ar mais puro, sem a poluição causada pelo cigarro.

Assim sendo, apresentamos o presente projeto à apreciação dos nobres pares, esperando seja acolhido e aprovado por esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Finda a leitura do Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças.

PP, PL, PT, PDT, PMDB, PSDB, BPI, PTB,

PFL.

(Todos declinaram).

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 2295/93, subscrito pelo Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 29 do corrente mês, em função de compromissos em sua Região. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projetos de Lei em n° de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Antônio Annirelli, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apreciados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. Necessita de apoio. Apreciado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 112/93, de autoria do Deputado EDSON SILVA LINO, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Apoio à Criação, implantação e Manutenção de Casa Familiar Rural e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.E., C.A.I.C e C.O.P.T.C.. Apreciado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 150/93, de autoria do Deputado HEINZ GEORG HERWIG, que dá nome ao trecho da estrada PR-412 (Praia de Leste/Pontal do Sul). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Apreciado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 163/93, de autoria do Deputado EURIDES MOURA, que estabelece convênio entre o Poder Executivo e o Poder Judiciário, possibilitando a reutilização de armas apreendidas pela Polícia Civil e pela Polícia Militar. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P.. Apreciado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 201/93, de autoria do Deputado EURIDES MOURA, que autoriza a doação de terreno, conforme especifica, ao Município de Rolândia, para a construção da sede da SINROL. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Apreciado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°



202/93, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que denomina Pedro Merhy Seleme, o trecho da Rodovia PR-151, entre o Município de São Mateus do Sul até a divisa do Estado de Santa Catarina. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 207/93, de autoria do Deputado NAMIR PIACENTINI, que denomina rodovia João Rocha Ribeiro, o trecho rodoviário que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 217/93, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Umuarama ao Município de Mariluz. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 220/93, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que autoriza o Poder Executivo a isentar de pagamento de publicações na Imprensa Oficial, todas as entidades, sem fins lucrativos e declaradas de Utilidade Pública Estadual. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 224/93, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que especifica. (Munic. de Umuarama ao Munic. de Ivaté). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 227/93, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Rondon ao Município de Guaporema. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 228/93, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que especifica. (Cruzeiro D'Oeste - Nova Olímpia). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 264/93, de autoria do Deputado LUIZ ANTONIO SETTI, que institui a Semana do Adolescente. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P.. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

398/92, de autoria dos Deputados DOUTOR ROSINHA, OVÍDIO CONSTANTINO e ERNANI PUDELL, que dispõe sobre o livre acesso dos Deputados Estaduais aos estabelecimentos destinados ao cumprimento de pena criminal e outros estabelecimentos. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P. e S.P.. **Aprovado. (Publ. no D.A. n° 171/92, de 30.11.92)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 398/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 325/92, de autoria dos nobres Deputados integrantes da Bancada do Partido dos Trabalhadores, dispõe sobre o livre acesso dos Deputados Estaduais aos estabelecimentos destinados ao cumprimento de pena criminal e outros estabelecimentos.

Louvando a iniciativa, não existem óbices constitucionais, legais ou regimentais à sua normal tramitação sendo favorável à sua aprovação.

Salvo Melhor Juízo é o parecer.

Sala das Comissões, em 28.12.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI N° 398/92

P A R E C E R:

De autoria dos Deputados integrantes da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que dispõe sobre o livre acesso dos Deputados Estaduais aos estabelecimentos destinados ao cumprimento de pena criminal e outros estabelecimentos.

Em análise o referido projeto, não encontramos nenhum óbice de natureza regimental, constitucional ou legal que possam impedir a tramitação normal pelos órgãos desta Casa.

Isto posto, somos de parecer favorável à aprovação deste plano de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.06.93.

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI N° 398/92

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria dos Deputados integrantes da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que dispõe sobre o livre acesso dos Deputados Estaduais aos estabelecimentos destinados ao cumprimento de pena criminal e outros estabelecimentos.

Analisando o presente projeto, verifica-se que nada há que obste a normal tramitação do mesmo pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Sendo assim, o nosso parecer é favorável.



vel, opinando-se pela sua aprovação

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.05.93.

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente

LOURENÇO FREGONESE - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 229/93, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Erculândia ao Município de Ivaté. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 69, de 01.06.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 229/93

P A R E C E R:

O plano de lei em exame, de autoria do nobre Senhor Deputado Nilton Barbosa, objetiva autorizar o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município Erculândia ao Município de Ivaté.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da proposição autorizatória, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, estando a matéria em condições de receber a apreciação do douto Plenário desta Casa.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação da proposta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N° 229/93

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Nilton Barbosa, chega a esta Comissão, o projeto de lei em epígrafe, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Erculândia ao Município de Ivaté.

O presente, tendo sido analisado pela Comissão de Constituição e Justiça, recebeu parecer favorável.

No que se refere à competência desta Comissão, o mesmo encontra-se em condições de ser aprovado por esta Casa.

Nestes termos, opinamos favoravelmente à tramitação e aprovação do referido projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

230/93, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que especifica. (Tapira ao Distrito de Santa Felicidade). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 69, de 01.06.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 230/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Nilton Barbosa, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Tapira ao Distrito de Santa Felicidade.

Legal e constitucionalmente, a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, não encontramos qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

LUIZ ANTÔNIO SETTI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N° 230/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Nilton Barbosa, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que especifica (Tapira ao Distrito de Santa Felicidade).

O plano de lei em estudo, em sua parte legal e constitucional, já foi devidamente analisado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que através de seu relator, ofereceu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações não há nada que obste a normal tramitação do projeto de lei em tela neste Poder.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.06.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

JOSÉ ALVES - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 231/93, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que especifica (Alto Piquiri/Mirante do Piquiri). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 69, de 01.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 231/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Nilton

Barbosa, o Projeto de Lei nº 231/93, ora sendo examinado por este relator, autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Alto Piquiri ao Distrito de Mirante Piquiri.

Como resultado da análise proferida, nada foi encontrado que impedisse a normal tramitação do plano de lei ora em pauta.

Tal fato, e mais o caráter meramente autorizatório do presente projeto, levam este relator a emitir o seu parecer FAVORÁVEL à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
OSWALDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 231/93

P A R E C E R:

O plano de lei em análise, de autoria do nobre Deputado Nilton Barbosa, tem a finalidade de autorizar o Poder Executivo, a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Alto Piquiri ao Distrito de Mirante Piquiri.

O presente projeto mereceu o parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, haja vista estar de acordo com requisitos regimentais, legais e constitucionais.

No âmbito desta Comissão, pelas razões acima expostas e pelo caráter eminentemente autorizatório, consideramos o plano de lei em condições de ser apreciado pelo Plenário desta colenda Casa de Leis, sendo o parecer desta Comissão favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI - Presidente  
LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 232/93, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Iporã ao Município de Altônia. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 69, de 01.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 232/93

P A R E C E R:

Analisando o presente projeto de lei, sendo matéria meramente autorizatória, e no que diz respeito aos seus aspectos constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa, não encontramos óbices à sua tramitação regimental, até final deliberação pelo duto e soberano Plenário.

Portanto, recebe desta Comissão parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 15.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 232/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Nilton Barbosa, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Iporã ao Município de Altônia.

O plano de lei em estudo, em sua parte legal e constitucional, já foi devidamente analisado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que por seu relator ofereceu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, não há nada que obste a tramitação do projeto de lei em tela neste Poder.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI - Presidente  
JOSÉ ALVES - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 244/93, de autoria do Deputado LUIZ ANTONIO SETTI, que dispõe sobre a implantação de salas de aula especiais para atendimento aos portadores de excepcionalidade. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E.. **Aprovado.** (Publ no D.A. nº 74, de 08.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 244/93

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Luiz Antonio Setti, dispõe sobre a implantação de salas de aula especiais para atendimento aos portadores de excepcionalidade.

A medida regulamenta o inciso IV do artigo 179 da Constituição Estadual. De acordo com o referido inciso, é dever do Estado garantir "atendimento educacional especializado gratuito aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino".

Não existe nenhum impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental ao trâmite da matéria nesta Casa de Leis.

Assim, considerando o elevado alcance social da proposta, emito parecer favorável, opinando pela aprovação do citado projeto de lei.

Sala das Comissões, em 22.06.93.

(a) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
COSTENARO NETO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 244/93

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Luiz Antonio Setti, dispõe sobre a implantação de salas de aula especiais para atendimento aos portadores de excepcionalidade.

A medida proposta recebeu parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e da Educação, Cultura e Esporte.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que impeça a normal tramitação do projeto de lei em tela neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.07.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
PROJETO DE LEI N° 244/93

P A R E C E R:

O plano de lei logrou parecer favorável da C.C.J..

Embora a matéria conflite com o inciso IV, do artigo 66 da Constituição do Estado, por ser de iniciativa privativa do Executivo, no âmbito desta Comissão, pela relevância do caráter educativo e social da proposta, somos de parecer favorável à sua aprovação.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 30.06.93.

(a) ALCEU SWAROWSKI

Presidente e Relator

**Em votação.**

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Esse projeto de lei, no nosso entender, deveria ser submetido à Comissão de Saúde. Ele foi à C.C.J., Comissão de Finanças e Comissão de Educação, Cultura e Esporte, mas como diz respeito à questão de portadores de excepcionalidade, entendemos que deve ser analisado por tal Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - A Presidência aceita a "Questão de Ordem" do Deputado Doutor Rosinha e encaminha o referido Projeto à Comissão de Saúde.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 257/93, de autoria do Deputado ÉLIO LINO RUSCH, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada intermunicipal, que liga os Municípios de Missal e São Miguel do Iguaçu. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado. (Publ. no D.A. N° 77, de 15.06.93).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 257/93

P A R E C E R:

Propôs o autor, autorização ao Poder

Executivo a estadualizar a estrada intermunicipal que liga os Municípios de Missal e São Miguel do Iguaçu.

Após análise constitucional, legal e regimental, nada foi encontrado que possa impedir o normal trâmite processual legislativo da proposta.

Nestas condições, somos de parecer favorável ao seu encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

LUIZ ANTONIO SETTI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N° 257/93

P A R E C E R:

Trata-se de uma rodovia já pavimentada por Itaipu e que tem todas as características de uma estrada estadual.

Somos, portanto, favoráveis a sua estadualização.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

HEINZ HERWIG - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 269/93, de autoria do Deputado JOÃO PREIS, que denomina Rodovia Benedito Manoel da Silva, o trecho da rodovia PR-218, desde o entroncamento com PR-317 no Município de Iguaçu, passando pelos Municípios de Ângulo e Atalaia até o entroncamento com a BR-376. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado. (Publ. no D.A. n° 79, de 17.06.93).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 269/93

P A R E C E R:

De autoria do ilustre parlamentar, Deputado João Preis, o Projeto de Lei n° 269/93, ora em trâmite para exame por esta Comissão, denomina "Rodovia Benedito Manoel da Silva", o trecho da Rodovia PR-218, desde o entroncamento com a PR-317, no Município de Iguaçu, passando pelos municípios de Ângulo e Atalaia, até o entroncamento com a BR-376.

Na análise proferida, nada foi encontrado que pudesse impedir a sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Por tais fatos, este relator emite o seu parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N° 269/93

P A R E C E R:

Quanto a análise constitucional regimental e legal do referido projeto em epígrafe, temos a informar que nada opomos para a sua normal tramitação dentro dessa augusta Casa de leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se por sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.07.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente  
HEINZ HERWIG - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 283/93, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Telêmaco Borba - Pr. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 82, de 22.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 283/93

P A R E C E R:

O Projeto em tela, no âmbito desta Comissão, não apresenta óbice constitucional.

Opinamos pelo seu prosseguimento.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
LUIZ ANTÔNIO SETTI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI N° 283/93

P A R E C E R:

Chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Djalma de Almeida César, que objetiva autorizar o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Telêmaco Borba.

O presente foi relatado na Comissão de Constituição e Justiça e obteve parecer favorável.

No âmbito de atuação desta Comissão não ocorre qualquer óbice para sua aprovação.

Desta forma, opinamos favoravelmente pela tramitação e posterior aprovação do referido projeto.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 29.07.93.

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente  
ÉLIO RUSCH - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 302/93, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que doa ao Município de Francisco Beltrão lote urbano que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 84, de 24.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 302/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 302/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, tem por finalidade doar ao Município de Francisco Beltrão o lote urbano que especifica.

Da análise do referido projeto, não encontrando nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.93.

(AA) ERONDY SILVÉRIO - PRESIDENTE  
COSTENARO NETO - Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO  
E COLONIZAÇÃO

PROJETO DE LEI N° 302/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 302/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, tem por finalidade doar ao Município de Francisco Beltrão, o lote urbano n° 2 (dois) da Quadra n° 181 (cento e oitenta e um), para construção de dependências administrativas, conforme especifica.

Analisando o projeto de lei em tela não encontramos óbices à sua tramitação normal até final deliberação pelo soberano Plenário.

Portanto, esta Comissão de Terras, Imigração e Colonização, dá seu parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 05.07.93.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente  
EDSON SILVA LINO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sobre a mesa, Requerimentos n°s 2628 e 2629, de autoria do Senhor Deputado Antônio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2628-A e 2644, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2640, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2642, de autoria do Senhor Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2626, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2630 a 2637, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2641, de autoria do

Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Encerrada a discussão.

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR (Pela Ordem)  
Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Doutor Rosinha queiram levantar-se.

(Pausa).

Oito Senhores Deputados aprovam.

Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

(Pausa).

Dois Deputados rejeitam.

Não há número suficiente para continuarmos com a presente Sessão e tendo a Assembléia Legislativa cumprido os seus fins para o que foi convocada, esta Presidência declara encerrado o período de convocação extraordinária de Sessões, convocando os Senhores Deputados para se reunirem no dia 02 de agosto, à hora regimental, para instalação do Segundo Período das Sessões Ordinárias da 3.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 12.<sup>a</sup> Legislatura.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Levanta-se a sessão.

#### Atas das Comissões:

##### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

##### 3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA - 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA ATA DA 6.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de julho do ano de um mil, novecentos e noventa e três, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas Transportes e Comunicações, sob a presidência do Deputado Namir Piacentini. Havendo o número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente passou-se à Ordem do Dia: Projeto de Lei n° 112/93, de autoria do Deputado Edson Silva Lino. Relator: Deputado Arlindo Troian. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Projeto de Lei n° 202/93 de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Relator Deputado Arlindo Troian. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Projeto de Lei n° 207/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini. Relator Deputado Arlindo Troian. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Projeto de Lei n° 269/93, de autoria do Deputado João Preis. Relator Heinz Georg Herwig. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os tra-

balhos, dos quais para constar eu, Richard Ruppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, para que produza efeitos legais.

(aa) NAMIR PIACENTINI

Presidente

Richard Ruppel Sotto Maior

Secretário

##### COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O ASSOREAMENTO E CALADO DO PORTO DE PARANAGUÁ ATA DE INSTALAÇÃO

Aos seis dias do mês de julho de um mil, novecentos e noventa e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem a Comissão Especial sobre o Assoreamento e Calado do Porto de Paranaguá, presidida na forma regimental pelo Deputado Hermas Brandão. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando, em seguida, para a eleição de Presidente, Vice-Presidente e Relator. Foram eleitos os Deputados Mário Bezerra, Florisvaldo Fier e Algaci Túlio, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente. Na sequência foi aprovado o roteiro de trabalho e autorizado o Senhor Presidente enviar correspondências solicitando informações dos órgãos competentes sobre o assunto referente ao assoreamento e calado do Porto de Paranaguá. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros para que se produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TÚLIO

Presidente

Severo Olimpio Sotto Maior

Secretário

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 8.<sup>a</sup> REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de junho de um mil novecentos e noventa e três, reuniu-se extraordinariamente na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor Deputado Lourenço Fregonese, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nereu Moura, Luiz Carlos Zuk, Élio Rusch, João Preis, José Alves, Djalma César. Não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 253/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 24/93. Relator: Deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto

de Lei n° 256/93, de autoria do Tribunal de Contas do Estado. Relator: Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei n° 278/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 030/93. Relator: Deputado Djalma César. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei n° 280/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 032/93. Relator: Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei n° 281/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 033/93. Relator: Deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei n° 287/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 34/93. Relator: Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL na forma da EMENDA ao Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça - APROVADO. 07) Projeto de Lei Complementar n° 288/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 035/93. Relator: Deputado Djalma César. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 08) Projeto de Lei n° 290/93, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça - Ofício n° 470/93. Relator: Deputado João Preis. Parecer FAVORÁVEL na forma do Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça - APROVADO. 09) Projeto de Lei n° 291/93, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Relator: Deputado João Preis. Parecer FAVORÁVEL na forma do Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça - APROVADO. 10) Projeto de Lei n° 304/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 038/93. Relator: Deputado Élio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 11) Projeto de Lei n° 305/93, de autoria do Poder Executivo -

Mensagem n° 037/93. Relator: Deputado Djalma César. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 12) Projeto de Lei n° 306/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 036/93. Relator: Deputado Élio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 13) Projeto de Lei n° 307/93, de autoria do Tribunal de Contas. Relator: Deputado Élio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 14) Projeto de Lei n° 308/93, de autoria do Tribunal de Contas. Relator: Deputado Élio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 15) Projeto de Lei n° 021/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho. Relator: Deputado Élio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 16) Projeto de Lei n° 156/93, de autoria do Deputado Alceu Swarowski. Relator: Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 17) Projeto de Lei n° 220/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Relator: Deputado Djalma César. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 18) Projeto de Lei n° 279/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 031/93. Relator: Deputado Lourenço Fregonese. Requerimento do Relator solicitando diligência junto à Secretaria de Estado dos Transportes. DEFERIDO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) LOURENÇO FREGONESE  
Presidente  
Wilson Penka  
Secretário